

Uma análise crítica da relação entre liberalismo e democracia – *Entrevista com Domenico Losurdo**

DAVIDE GIACOBBO SCAVO**

Domenico Losurdo é um dos mais importantes pensadores marxistas da atualidade, professor de Filosofia na Universidade de Urbino, na Itália, membro e fundador da Associação Marx XXIesimo Secolo. Em sua vasta obra, ressaltamos sua crítica ao pensamento liberal, tema central da presente entrevista. Essa crítica foi desenvolvida nos livros *Contra-história do liberalismo; A linguagem do império; Liberalismo entre civilização e barbárie; Democracia e bonapartismo; Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado.*

A lógica binária de Bobbio

Davide Giacobbo Scavo: *Como interpreta o pensamento democrático de Norberto Bobbio?*

Domenico Losurdo: Bobbio tem um defeito, compartilhado pela maioria dos teóricos da democracia liberal do século XX. Tomemos como exemplo Popper, contemporâneo de Bobbio. Popper define a democracia como aquele tipo de regime político que pode ser substituído sem uso da violência. Deste modo, nos EUA, apesar da escravidão e dos presidentes donos de escravos, podemos afirmar que existia a democracia, pois, através das eleições, o governo podia ser substituído por outro governo sem violência. Neste país, há uma pluralidade de

* Entrevista em 21 de dezembro de 2011.

** Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

partidos, com diferentes elites que se alternam no poder, coexistindo porém com a escravidão de um terço da população, e onde a Confederação do Sul defendia abertamente o instituto da escravidão. Percebemos que esta definição de democracia é formal, podendo ser definido um regime político como democracia apesar da existência da escravidão. Isso vale também para a África do Sul do *apartheid*, com uma sucessão de governos eleitos democraticamente, apesar do *apartheid*. É a mesma coisa com Bobbio, pois a sua definição mínima de democracia é a possibilidade de eleições, onde os eleitores possam escolher entre alternativas reais. Assim, essa definição de democracia aceita os Estados Unidos como um país democrático, apesar do instituto da escravidão. Bobbio argumenta não somente como um liberal, mas como a parte mais formalística do liberalismo. Tomemos Adam Smith, que não é somente o autor d'*A riqueza das nações*, celebrando a famosa mão invisível. Em *Lições sobre o direito*, Smith relata que os colonos nos EUA gozam do autogoverno, existindo organismos representativos, mas também observa que estes mesmos colonos são donos de escravos. Smith considera que, nesta situação, somente um governo despótico poderia abolir a escravidão, pois nunca seus organismos representativos, controlados pelos donos de escravos, acabariam com o instituto da escravidão. Somente um governo despótico, derrotando os donos de escravos, poderia abolir a escravidão. Ninguém que ame a liberdade e a humanidade pode querer um governo democrático escravista. Esse é um argumento dialético *ante litteram*.

Em uma situação concreta, pode emergir o chamado “conflito das liberdades”, sendo necessário escolher entre liberdades do mesmo tipo. Consentir a liberdade dos colonos de autogovernar-se nos institutos representativos significa consentir o instituto da escravidão, consagrando a negação da liberdade para os escravos. Smith é um teórico da “ditadura abolicionista”, percebendo que em situações concretas emerge o “conflito das liberdades”, devendo-se escolher não entre a liberdade ou o despotismo, mas entre a liberdade de alguns e a liberdade de outros. Bobbio não considerou o “conflito da liberdade”. No seu pensamento falta dialética. Bobbio não conhece bem a história, utilizando uma lógica binária, liberdade ou autoridade. Não é assim na maioria dos casos reais, como no exemplo da escravidão nos EUA. Na França de 1600, Richelieu ataca a aristocracia feudal, comportando-se de modo despótico, mas assim fazendo coloca um fim ao instituto da servidão da gleba que escravizava a maioria da população francesa. Assim, Richelieu representaria a causa da liberdade ou do despotismo? Segundo a lógica binária de Bobbio, representaria o despotismo, reforçando a monarquia contra a aristocracia feudal, mas também acabou com o poder da aristocracia feudal sobre os camponeses; neste sentido, Richelieu representou a causa da liberdade. A lógica binária de Bobbio nunca funciona na história real.

O pensamento de Hegel é diferente. Refletindo sobre a Polônia no final do século XVIII, manifesta um vivo desprezo pela liberdade polonesa. Lembro aqui que a Polônia tinha deixado de existir como Estado nacional; foi dividida entre

Prússia, Rússia e Áustria, reconquistando sua independência nacional somente no final da Primeira Guerra Mundial. Hegel se refere à Polônia, antes da divisão, como um país aparentemente livre, governado pela Dieta, um organismo representativo, composto dos grandes aristocratas, com grandes poderes, podendo eleger o rei, detentor de um poder limitado pela Dieta. Cada membro da Dieta gozava do direito de veto, ou seja, podia vetar qualquer deliberação do rei. A discussão na Dieta era livre e democrática. Porém Hegel fala de “liberdade polonesa” no sentido pejorativo, pois estes aristocratas que constituíam a Dieta escravizavam a maioria dos camponeses. Assim, a mesma situação dos EUA se apresenta na Polônia. Estes aristocratas representam a causa da liberdade ou da opressão? Num sentido, representam a causa da liberdade, tornando impossível a monarquia absoluta, como na França, porém, ressalta Hegel, representam também a escravidão para maioria da população. A lógica binária de Bobbio se apresenta sempre ineficiente na realidade concreta. Que significa ser favorável à liberdade? Para Adam Smith, significa derrotar a escravidão, apesar de abolir por um tempo os organismos representativos nos EUA, cancelando o autogoverno da comunidade branca. Deve-se hierarquizar a liberdade. Assim como em Hegel, a “liberdade polonesa” significa o despotismo sobre a maioria da população polonesa.

Scavo: *Bobbio situa no centro de suas preocupações políticas o tema da liberdade, retomando Benjamin Constant, com a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, e Isaiah Berlin, com a liberdade negativa e a liberdade positiva. Qual é o conceito liberal de liberdade?*

Losurdo: Em 1819, Constant contrapõe a liberdade dos modernos à liberdade dos antigos. A liberdade dos modernos não significa a liberdade de participar na vida política, mas a liberdade de gozar da própria esfera privada, ou seja, a liberdade individual. Constant acusava os jacobinos, que ampliaram os direitos políticos, lutando pela universalização dos direitos individuais, de substituir a liberdade moderna pela liberdade antiga, sem compreender que a antiga possibilitava a participação de todos os cidadãos, pois os escravos garantiam as necessidades da vida material. Nesta declaração de Constant há pelos menos dois paradoxos; o primeiro é que ao declarar que os jacobinos confundiram a liberdade dos antigos, centrada na escravidão, com a liberdade moderna, caracterizada pelo gozo da vida privada, não aparece que foram os jacobinos que aboliram a escravidão nas colônias francesas. O segundo paradoxo: quando Constant fala de liberdade moderna, a escravidão continua existindo nas colônias francesas assim como nos EUA. Assim, Constant fala da liberdade nos EUA, sem considerar o papel da escravidão. Na França liberal após Constant, no governo Thiers, 32 milhões de seres humanos eram governados pelo voto de 240 mil pessoas.

Em 1958, Berlin usou uma terminologia um pouco diferente, falando de liberdade negativa e liberdade positiva. A liberdade negativa seria a liberdade moderna de Constant, sendo a inviolabilidade da esfera privada, liberdade de expressão, de

pensamento, de comércio. Berlin identifica o pensamento liberal com a inalienabilidade da liberdade negativa. O paradoxo é que neste período nos Estados Unidos não existia a liberdade negativa, os negros não gozavam de liberdade, devendo-se esperar a luta de Martin Luther King contra a discriminação racial. As limitações à liberdade dos negros envolviam também a liberdade dos brancos, enquanto na maioria dos estados deste país era proibido ter relações sexuais inter-raciais. Esta que deveria ser uma característica importante da liberdade negativa era negada aos brancos e aos negros. Uma discriminação racial destinada a criar uma casta de negros servis. O liberalismo nunca concebeu integralmente a liberdade formal. Sem falar de Constant, Berlin quando falava de liberdade negativa, não somente não considera os negros que viviam nos EUA, mas também todos os povos coloniais. Qual era a liberdade negativa dos indochineses, dos algerianos e de todos os outros povos coloniais? O liberalismo nunca concebeu, em termos universais, a liberdade negativa. Bobbio nunca compreendeu esse limite do liberalismo.

É evidente que a liberdade negativa defendida pelo liberalismo não é suficiente. Na *Filosofia do Direito* de Hegel, parágrafo 127, ele afirma de modo explícito que quando um homem arrisca a morte por fome é, na realidade, privado de todos os direitos, sendo parecida sua situação com aquela do escravo. Um homem faminto, apesar de ser livre formalmente, continua não livre.

Scavo: *Bobbio apresenta uma relação de identidade entre liberalismo clássico e democracia moderna, não podendo existir democracia sem as contribuições liberais. Como se afirma histórica e politicamente essa relação?*

Losurdo: A pergunta é interessante. Na época, *democrático* era considerado um termo ofensivo, continuando com conotação negativa por muito tempo ainda. Uma repulsa que não se encontra exclusivamente em Locke. Mesmo Tocqueville procura colocar fortes limites ao conceito de democracia. Já no primeiro livro de *Democracia na América*, escrito em 1835, contrapõe a Câmara dos Representantes ao Senado. Menospreza a Câmara dos Representantes, lugar frequentado e dominado por elementos vulgares, de extração social popular. De outro lado, elogia o Senado, constituído por grandes personalidades, membros ilustres da alta sociedade. A diferença, ressalta Tocqueville, está no tipo de eleição, direta para a Câmara e indireta para o Senado. Mais de uma vez, em *Democracia na América* e nas suas correspondências privadas, Tocqueville elogia a eleição indireta, até em diferentes níveis, como antídoto contra a tirania da maioria. Este não é um pensamento democrático, como toda aquela tradição liberal que lutou abertamente contra a ampliação do sufrágio, contra a abolição da escravidão, contra a extensão dos direitos políticos aos negros.

O liberalismo apresenta uma conotação negativa da democracia, como, por exemplo, Benedetto Croce na Itália. Uma personalidade pouco conhecida no exterior, mas de particular importância no liberalismo italiano. Definia-se um liberal sem demo, justificando assim sua colaboração com o fascismo. Não um liberal, demo,

ou um liberal democrático, mas um liberal sem demo, considerando a democracia uma contaminação e um perigo para o liberalismo. Mesmo Giovanni Gentile, irmão gêmeo de Benedetto Croce e outro grande representante do liberalismo italiano, adere ao fascismo com a sua famosa carta a Mussolini, declarando-se um liberal inimigo da democracia. A associação entre liberalismo e democracia parece ter simplesmente uma função ideológica. Podemos citar outra personalidade liberal capaz de exprimir esta mesma desconfiança pela democracia, como Hayek, que já na segunda metade do século XX manifestava aversão e desconfiança pelo sufrágio universal e pela democracia que deveria ser entendida exclusivamente como *isonomia*, igualdade frente à lei.

Até hoje nas relações internacionais, todo o mundo liberal é inimigo da democracia. Churchill amava dizer que, no plano internacional, os países mais ricos deveriam dirigir. A discriminação censitária, expulsa pela porta na democracia nacional, volta pela janela na democracia no plano internacional. Por exemplo, diferentemente de Constant, que considera as classes populares como menores de idade incapazes de participar das questões políticas, Stuart Mill declara abertamente ser a favor da ampliação do sufrágio. Um sufrágio quase universal, ainda que controlado pelo voto plural. Quando Stuart Mill teoriza sobre os relacionamentos internacionais, defende a existência de raças menores de idade. Assim, a figura do menor, que em Constant se apresentava no interior de cada país, em Stuart Mill aparece entre os povos das colônias. Poder-se-ia continuar com outros numerosos exemplos. Historicamente, há grandes conflitos entre liberalismo e democracia, como, por exemplo, na grande Revolução de 1848. Na França, antes da revolução, o liberalismo ascendera ao poder com a monarquia de Julho, impondo um sufrágio bem limitado. A Revolução de 1848 foi uma revolução democrática contra o liberalismo. Podemos afirmar que a identificação do liberalismo com a democracia é questionável, sendo um produto da Guerra Fria, contrapondo a liberal-democracia ao “totalitarismo” soviético, uma ideologia da Guerra Fria.

Scavo: *Na opinião de Bobbio, a democracia moderna seria o prosseguimento do liberalismo clássico, garantindo os direitos individuais de tradição liberal. Qual é a sua posição?*

Losurdo: Tendo presente que a lógica de Bobbio é, sobretudo, binária, ele apresenta uma sutil reflexão analítica sobre determinados conceitos políticos, sem relacioná-los com a história real. Antes de refletir sobre os autores clássicos do liberalismo, tentamos pensar sobre quais são os países clássicos do liberalismo. É claro que devemos responder: Inglaterra e EUA. Sucessivamente, se perguntamos: quais são os países mais envolvidos na escravidão? Devemos responder: Inglaterra e EUA. A Inglaterra liberal nasce com a *Glorious Revolution* [Revolução Gloriosa] de 1688-1689. O primeiro ato é o tratado de Utrecht de 1711, roubando à Espanha o monopólio do tráfico de escravos. Nos EUA, a escravidão foi abolida somente em 1865, depois da Guerra de Secessão. Além do Brasil, onde a escravidão foi abolida

mais tarde, em 1888, representando uma exceção, em todo o continente americano a escravidão já tinha sido abolida há tempo. Haiti, com a revolução no final do século XVIII, foi o primeiro país a abolir a escravidão. Sucessivamente, os países que se libertaram da Espanha também a aboliram. Ao contrário, o processo de independência dos EUA não conduziu à abolição da escravidão, mas a seu fortalecimento.

Assim, os dois países clássicos da tradição liberal, Inglaterra e EUA, foram aqueles historicamente mais envolvidos com a escravidão? Essa consideração derruba o pensamento de Bobbio, pois nos dois países onde mais se desenvolveu o pensamento liberal, mais se reprimiram os direitos individuais.

Falando do liberalismo inglês, não podemos não pensar em John Locke, que no plano privado era acionista da Royal African Company, sociedade que cuidava do tráfico de escravos africanos. Locke era um teórico da escravidão. Na sua mais importante obra, *Os dois tratados sobre o governo civil*, ele justificava a escravidão porque existem seres humanos que por natureza devem ser submetidos à escravidão. Deixando a Inglaterra e analisando os EUA, evidenciamos que os primeiros presidentes dos EUA foram, quase todos, donos de escravos, como, por exemplo, Jefferson, Washington, Madison, Monroe, representantes clássicos do liberalismo. O autor mais significativo para entender as ambiguidades do liberalismo pode ser Calhoun, secretário de Estado e vice-presidente dos EUA. Ele defendeu com grande ênfase a liberdade e a garantia dos direitos da minoria, ao mesmo tempo, defendeu a importância da escravidão, como um bem positivo.

Quem aboliu a escravidão? Na França, foram os jacobinos; na Inglaterra e nos EUA, certamente não foram os liberais. Quem aboliu a escravidão, sobretudo nos EUA, mas também na Inglaterra, foram os abolicionistas, chamados pelos rivais liberais de jacobinos cristãos, pois consideravam a escravidão um pecado que deveria ser abolido. Os jacobinos cristãos queimavam a constituição norte-americana nas praças públicas, pois esta legitimava o instituto da escravidão. Esses exemplos concretos desmitificam a tese bobbiana, que não representa a história do liberalismo, mas a sua hagiografia.

Scavo: *Segundo Bobbio, o individualismo seria a base filosófica da democracia liberal, sintetizando esta relação com a expressão “uma cabeça um voto”. Se isto é verdade, como se pode justificar o atraso democrático nos países liberais?*

Losurdo: A identificação bobbiana do individualismo como base do liberalismo é questionável no plano histórico, conceitual e filosófico. No plano histórico, “uma cabeça um voto” não é verdadeiro, ainda em 1948, na Inglaterra, onde existia o voto plural e 500 mil pessoas gozavam dele. Nesse país clássico do liberalismo, o princípio eleitoral de “uma cabeça um voto” não havia ainda se firmado. Ao tratar da história do sufrágio feminino, o discurso de Bobbio se torna ainda mais confuso. O primeiro país que garantiu os direitos eleitorais ativos e passivos para as mulheres foi a Rússia, entre os meses de fevereiro e outubro de 1917. Uma Rússia que vive a revolução. Um ano mais tarde, a Alemanha concederá o sufrágio

universal, com a revolução de novembro que não foi uma revolução liberal. O esquema proposto por Bobbio é construído *a priori*. Por que Bobbio não pergunta quais foram os primeiros países que consagraram o princípio de uma “cabeça, um voto”? Esta pergunta questiona, evidentemente, o primado do liberalismo na teoria democrática.

Deixando a reconstrução histórica de lado, concentremos nossa atenção no plano filosófico-conceitual. Devemos perguntar-nos o que significa individualismo. Se por individualismo entende-se o reconhecimento da dignidade humana a cada ser humano, independentemente da riqueza, do sexo, da raça, certamente o liberalismo não coincide com individualismo. A afirmação da figura do indivíduo na sua universalidade é posterior ao liberalismo, afirmando-se quando este já estava em crise. Um grande filósofo reacionário, mas genial, Nietzsche, criticava o movimento socialista exatamente por identificá-lo ao individualismo. O socialismo parte da concepção de que cada ser humano é um indivíduo titular de direitos, sem perceber, na opinião de Nietzsche, que a maioria dos seres humanos não passa de um instrumento de produção.

O pensamento de Bobbio é fraco também no plano filosófico. Tomemos, por exemplo, Sieyès, quando compara os trabalhadores assalariados a máquinas bípedes, instrumentos de produção. Usando as categorias da antiguidade clássica, Burke considera o não proprietário um *instrumentum vocale*; Mandeville, exprimindo-se de modo espirituoso, condena a instrução das massas populares, considerando-a danosa, nociva, funesta, pois nenhum cavalheiro gostaria de subir num cavalo que tivesse aprendido a ler e escrever. As massas populares são assimiladas a cavalos. Para o liberalismo, as chamadas raças inferiores não eram consideradas humanas, mas sub-humanas. O reconhecimento da dignidade humana de cada indivíduo é o resultado de vastos processos históricos, a partir de movimentos políticos e sociais que frequentemente combateram as sociedades liberais.

Valor universal da democracia liberal

Scavo: *Nos últimos decênios, a democracia liberal se afirmou como um “valor histórico e universal”, lembrando Enrico Berlinguer, tornando-se, até nos principais partidos de esquerda, uma profissão de fé ético-política. Como avalia esta hegemonia liberal no campo democrático?*

Losurdo: Essa pergunta necessita de uma resposta articulada. É necessário reconhecer uma herança liberal, como admitiram Marx e Engels, Gramsci e Togliatti. Qual seria a herança liberal? Não é o reconhecimento da dignidade individual. Historicamente, o liberalismo procurou desumanizar não somente os povos das colônias, mas também as classes populares. Assim, qual seria a herança do liberalismo que o movimento mais radical deve receber? É a ideia da limitação do poder. Talvez, os marxistas pensassem excessivamente na extinção do poder, conseqüentemente do Estado e da norma jurídica, não sendo relevante limitar o poder, pois seria eliminado. Ao contrário, eu insisto que a utopia da extinção do poder nas experiências socialistas

desempenhou um papel negativo. Por exemplo, logo depois da Revolução de Outubro, não se percebeu a necessidade de estabelecer uma constituição democrática, pois se o Estado era destinado a extinguir-se, a Constituição e a democracia, apêndices do Estado, seriam inúteis. Se o Estado é destinado a desaparecer, a constituição e a democracia se tornam irrelevantes.

Essa herança liberal que luta pela limitação do poder é importante, ressaltando-se que o liberalismo adotou a teoria da limitação do poder somente em uma minoria de países. É bom lembrar que os países clássicos da tradição liberal foram os países clássicos do instituto da escravidão, representando a negação mais completa da limitação do poder. Por definição, a escravidão é o poder absoluto ilimitado. Em autores como Locke e John Stuart Mill, encontramos a celebração do poder ilimitado do branco sobre o negro (Locke) e dos povos adultos sobre os povos menores (Stuart Mill). Podemos dizer que a limitação do poder, libertada de todas as cláusulas próprias da tradição liberal, representa uma herança para o movimento mais radical.

A palavra de ordem sobre a democracia que pronunciou Berlinguer não é errada, mas deve ser interpretada. É necessário ter presente o “conflito das liberdades”, não considerado por Berlinguer. Por exemplo, na segunda metade do século XIX, a liberdade dos escravos nos Estados Unidos podia ser autorizada pelos organismos representativos, os quais eram dominados pelos proprietários de escravos. Contrariamente à proposta bobbiana, não foi uma evolução do liberalismo que levou à abolição da escravidão. Não foi um processo gradual e sem dores. O instituto da escravidão foi abolido na Guerra de Secessão, um conflito extremamente sangrento, em que o Exército da União estabeleceu uma ditadura sobre o Sul. Os organismos representativos foram dissolvidos, o autogoverno foi suprimido. Este período representa o mais feliz na história dos negros norte-americanos, conquistando os direitos civis e políticos, podendo entrar nos organismos representativos, desenvolvendo até atividades dirigentes. No Sul ocupado pelo Exército da União, os ex-proprietários de escravos estavam submetidos ao calcanhar de ferro da União, privados do poder político. Este período durou até o 1877, quando houve um compromisso dos brancos do Norte com os brancos do Sul, os quais aceitaram a unidade nacional, o poder central de Washington e até o protecionismo econômico, que afetava, sobretudo, os interesses sulistas. Em troca, obtiveram o autogoverno com a volta dos organismos representativos. Aqui começa o que os historiadores mais famosos definem como o período mais trágico na história dos EUA. É o tempo da *white supremacy*, onde os negros considerados rebeldes são linchados, após torturas intermináveis, organizando-se espetáculos de massas com a participação de crianças e mulheres.

Voltando à pergunta, devemos colocar em dúvida o valor universal da liberdade? Claro que não, mas universalidade não significa uniformidade, não significa ausência de conflitos. A democracia é um valor universal? Certo que é um valor universal. Porém na realidade concreta existem contrastes. Tomemos,

por exemplo, o caso de Gaza, onde nas eleições ganhou o Hamas. Logo depois, a população de Gaza foi submetida a um embargo com tendências genocidas. O mundo ocidental tinha se expressado claramente: Gaza é livre de escolher seus representantes, mas por ter escolhido mal, a vida neste local tornou-se um pesadelo. Como no caso de Cuba; os cubanos podem votar livremente, porém, se escolhem os comunistas, o embargo continua. Assim, é evidente que a democracia é um valor universal, mas esta universalidade não significa ausência de “conflitos das liberdades”. A universalidade deste valor deve exigir o triunfo da democracia no nível internacional. Se, ao contrário, um país tem o poder de reduzir os outros países à fome, independentemente da vontade da ONU, anula-se qualquer forma de democracia. Quem considera seriamente a democracia como um valor universal, deve bater-se por uma democracia internacional.

Depois da Revolução de Outubro, existia o real perigo de a revolução se estender para fora dos confins russos. Hoover, colaborador do presidente Wilson, que mais tarde se tornaria também presidente, ressaltava de modo explícito a necessidade de impedir a propagação da revolução, submetendo os povos orientais à fome absoluta. Quando, no final do século XVIII, o Haiti se libertou da escravidão, Jefferson isolou a experiência desse país, constringendo seu povo ao espectro da morte por fome. É evidente que sem democracia internacional não pode haver democracia. A democracia universal é uma expressão interessante, mas sem valor. Não se trata de negar a herança liberal, mas de inseri-la na multiplicidade dos relacionamentos e das contradições. Na Itália, quando falamos de eleições, os candidatos gozam da *par condicio*, isto é, igualdade de condições. Essa *par condicio* no nível internacional seria impossível por causa do imperialismo, com a sua poderosa máquina econômica, militar e mediática. Se não se modificam essas relações de força, as eleições democráticas são uma farsa, condicionando os destinos políticos dos países mais fracos.

Scavo: *Qual é a sua posição sobre a concepção liberal de democracia?*

Losurdo: Para definir se um país é mais democrático que outro, devemos conhecer diferentes variáveis. Por exemplo, Israel é considerado o país mais democrático no Oriente Médio, sendo aceito por todos, também pela chamada esquerda. Ao contrário, ele se parece mais com uma *herrenvolk democracy*, uma democracia dos senhores, onde para os habitantes judeus de Israel vale a *rule of law*, ao contrário, aos palestinos nenhum direito é garantido, podendo ser mortos se apenas suspeitos de envolvimento com o terrorismo; para eles não vale a *rule of law*. A celebrada “única democracia no Oriente”, na verdade, é a pior forma de despotismo. Em meu livro *Contra-história do liberalismo*, a propósito das viagens aos Estados Unidos de duas grandes personalidades francesas: Tocqueville e Victor Schoelcher.¹

1 Schoelcher contribuiu decisivamente, em abril de 1848, no contexto da revolução em curso, para a abolição definitiva da escravidão nas colônias francesas. Ela havia sido abolida pelos revolucionários jacobinos em 4 de fevereiro de 1794, mas fora restabelecida por Napoleão em 1802.

Os dois personagens visitaram os EUA no mesmo período de tempo, mas separadamente. Com a mesma honestidade intelectual, chegaram à mesma conclusão: no âmbito da comunidade branca existia o governo da lei, *rule of law*, com o presidente escolhido por baixo. Os dois também reconhecem a existência de um sistema de escravidão do negro ainda mais feroz que na antiguidade clássica e a sistemática eliminação dos indígenas. Qual é o juízo final dos dois intelectuais franceses? São dois juízes contrapostos. Tocqueville fala da democracia na América já no título do livro; ao contrário, Schoelcher descreve o regime político nos EUA como o despotismo mais feroz que se possa imaginar. Tocqueville se concentra exclusivamente sobre a comunidade branca, depois de ter descrito, de modo honesto, o destino horroroso reservado aos negros e aos indígenas, ignorado no seu julgamento final. Diferentemente, Schoelcher se concentra sobre os excluídos. A mesma lógica de pensamento é útil para entender os conflitos da segunda metade do século XX. Imaginamos um Schoelcher *redivivus* e um Tocqueville *redivivus*, visitando o mundo nos anos da Guerra Fria. Tocqueville *redivivus* consideraria que a *rule of law* nos EUA, na França e na Inglaterra era mais desenvolvida do que na União Soviética ou na China comunista, definindo os sistemas políticos dos EUA, da França e da Inglaterra como democracias modernas. O Schoelcher *redivivus* concordaria. Assim como a comunidade branca, visitada em 1830, também nos anos da Guerra Fria, a *rule of law* é mais desenvolvida nos EUA, França e Inglaterra que nos países comunistas, porém Schoelcher *redivivus* notaria o que acontecia na Argélia, como em toda a América Latina dominada pelos EUA. Notaria todos os genocídios que se consumaram nos países colonizados, chegando verossimilmente à mesma conclusão do Schoelcher histórico, ou seja, o Ocidente liberal representa a forma mais feroz de despotismo. Para compreender a democracia na sua plenitude, não é suficiente considerar as condições políticas, econômicas e sociais, que são essenciais. Já citei Hegel quando este declara que um homem ao arriscar de morrer de fome está em uma situação de ausência de direitos. É necessário também considerar outros elementos, como, por exemplo, no caso de Israel, as condições reservadas aos palestinos; no dos EUA visitados pelo Tocqueville histórico e pelo Schoelcher histórico, as condições reservadas aos negros e aos indígenas; nos anos da Guerra Fria, as condições reservadas aos povos coloniais, e hoje, como se estabelecem as relações internacionais. Como se pode falar de democracia, se um país pode decidir a morte por fome de outro país, ou se um país, com suas bases militares pode ameaçar intervir militarmente em cada outro país do mundo? Para concluir, gostaria de citar um discurso, não de Lenin, mas de Franklin Delano Roosevelt, presidente dos EUA em janeiro de 1941, o discurso das quatro liberdades. Nesse discurso, *The Four Freedoms*, Roosevelt fala das liberdades clássicas de origem liberal, a liberdade de expressão e a liberdade de religião, adicionando duas liberdades não teorizadas pela tradição liberal, como *the freedom from want*, a liberdade da necessidade, e *the freedom from fear*, a liberdade do medo. A liberdade da necessidade, claramente implica a necessidade de determinadas condições materiais. Foram os países não liberais que realizaram *the freedom*

from want, como Cuba ou China, garantindo condições econômicas para centenas de milhões de pessoas. Apesar da grande riqueza dos EUA, há inúmeros extratos sociais que não vivem *the freedom from want*. Sem falar da instituição do embargo que oprime *the freedom from want* nos países que não agradam aos governantes de Washington. *Freedom from fear* é apresentada por Roosevelt contra o perigo da Alemanha nazista, pensando nos países que poderiam ser vítimas da agressão nazista. Hoje qual é o país que mais ameaça *the freedom from fear*? É evidente que são os EUA, com bases militares espalhadas pelo mundo, ameaçando constantemente de intervir militarmente. Novamente, os EUA aparecem como o país mais antidemocrático. Mesmo a liberdade de expressão, sem dúvida ela é mais garantida nos EUA do que na China ou em Cuba. Mas, se buscamos entender, por exemplo, o que aconteceu na guerra da Otan contra a Iugoslávia, perceberemos que os jornalistas iugoslavos que cobriam os acontecimentos da guerra foram bombardeados e mortos pela Otan. Quantos acidentes misteriosos acontecem na Palestina quando os jornalistas tentam documentar a política de ocupação dos sionistas?